

# AS FAMÍLIAS NO BRASIL CONTEMPORANEO E O MITO DA DESESTRUTURAÇÃO<sup>1</sup>

Ana Maria Goldani

Abstract

*Departing from a social demographic perspective, I discuss changes in Brazilian families today and focus on various discourses regarding the changing family. I then present some of the more recent interpretations about family changes and a demographic profile of family arrangements in the 1980's and discuss three of the main arguments defending a breakup of the family in Brazil, which I critique, insisting on the complexity of factors associated with changing family arrangements and in the difficulties with interpreting these. Finally, I conclude that the family in Brazil has not been substituted by other institutions nor is it in decline.*

Brasileiros de Norte à Sul, nas pesquisas de opinião mais recentes, apontam a família como a instituição de maior confiabilidade. No entanto, de cada 100 brasileiros adultos 46 consideram que a família no Brasil já não cumpre com seu papel de provedora de afeto e recursos econômicos necessários

---

<sup>1</sup> Este trabalho é uma versão revisada e aumentada do artigo “A ‘Crise familiar’ no Brasil Hoje”, publicado pela *Revista Travessia* do Centro de Estudos Migratórios.

aos seus membros.<sup>2</sup> Assim a polêmica idéia de que diminuiu a importância da família e que a instituição familiar está em dificuldades e ameaçada, volta a ser objeto de especulação tanto nos discursos dos líderes políticos e religiosos, como entre os acadêmicos e demais cidadãos.

Os discursos sobre as transformações na família, bem como sobre as condições que os originam, variam bastante. Por um lado, nas pesquisas de opinião pública, observa-se em relação a família uma percepção paradoxal: instituição de grande confiabilidade e instituição em desagregação/crise. A percepção “negativa” - que associa as mudanças na família à idéia de perdas em geral - aparece reforçada pela degradação das condições de vida, pelas estatísticas recentes sobre violência, tráfico de crianças, menores abandonados, crimes passionais, bem como é estimulada pela mídia televisiva que trata de mostrar o amplo leque de estilos alternativos de vida.

---

<sup>2</sup> Estes resultados são de uma pesquisa realizada pela Standard, Ogilvy & Mather que entrevistou 2.359 brasileiros, entre 18 e 60 anos de idade, de diferentes condições sócio-econômicas. Deste total, 46% revelaram uma imagem negativa da família enquanto 44% referiram-se positivamente. Os 10% restantes dividiram-se entre aqueles que não responderam ou que não tinham opinião formada. Ver: *Folha de S. Paulo*, 21 de novembro, 1989; Standard, Ogilvy & Mather. “Coisas de família” In: *Listening post latino americano*, nº 3, Outubro de 1989. Realizada em nove países da América Latina - Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, México e Uruguai -, em cinco deles predominou uma imagem positiva da família. Isto foi particularmente forte na Argentina (60%) e Equador (57%). Entre aqueles países onde predominou uma imagem negativa destaca-se a Costa Rica, apenas 37% dos entrevistados manifestaram uma imagem favorável da família, em relação aos seus membros.

Por outro lado, no discurso dos políticos profissionais, verifica-se, através da discussão sobre a seguridade social e a implementação de novos direitos e responsabilidades constitucionais dos membros da família, uma associação entre família, crise e Estado. Neste caso, a linguagem sobre família aparece muito mais associada com a ordem estabelecida do que com as mudanças e, muitas vezes, acaba em um reducionismo demográfico: atribui-se ao crescimento da população os problemas sociais e a crise na família. O recente debate em torno à questão dos menores de rua é um dos exemplos mais ilustrativos destes discursos.

No que concerne aos estudiosos da família e aos grupos feministas, a ênfase é colocada nos padrões de mudança nas estruturas familiares, percebidos como parte de um processo mais amplo de transformações econômico- sociais. Neste sentido, tal como outras instituições, a família está no limiar de mudanças importantes. Entretanto, isto não significa que esteja, necessariamente, desaparecendo. Os argumentos mais comuns, neste caso, giram em torno das mudanças nos padrões de comportamento, desde o aumento de novos tipos de uniões entre os sexos, declínio da fecundidade, aumento das mães solteiras e de separações e divórcios, novos padrões de sociabilidade e relações de gênero, até a participação de mulheres, crianças e adolescentes no mercado de trabalho formal e informal.

Os discursos em torno da chamada “crise” da família são, também, diferenciados por sexo, idade e classe social mas, em geral, aparecem estreitamente relacionados com certos modelos estereotipados de famílias. Um primeiro modelo de re-

ferência seria o da família patriarcal. Historicamente estimulado pela sociedade brasileira e reforçado pela Igreja Católica e pelo Estado, até recentemente, a idéia é de que haveria um modelo de família brasileira. Este modelo de família estaria associado à presença de parentes, a um sistema hierárquico e de valores no qual se destacariam a autoridade paterna e do homem sobre a mulher, a monogamia, a indissolubilidade das uniões e a legitimidade da prole.

Paralelamente à visão nostálgica de uma imagem da família do passado, onde o casal com filhos e o grupo de parentesco se complementavam, existem, também, as novas referências que apoiam a visão negativa da crise da família. Em um país crescentemente urbano emerge outro estereótipo, o da família “classe média urbana”, usado como padrão pela mídia em novelas, propagandas, etc... Trata-se de uma família ainda centrada ao redor das funções reprodutivas, onde a criança ocupa um lugar destacado. Neste modelo, o individualismo, a privacidade e as relações afetivas entre os membros assumem maior relevância, dando origem a novos padrões de sociabilidade. Enfim, parece que é entre os estereótipos extremos, o de uma “família patriarcal”, associada com o antigo ou “tradicional”, e o de uma família “classe média urbana”. vista como o novo, o “moderno” - que encontraria apoio e eco a percepção pública negativa da chamada “crise da família”.

No contexto das crescentes dificuldades de reprodução geral da sociedade brasileira, as especulações sobre a precariedade e instabilidade da instituição familiar ganham força e são reforçadas pela incapacidade do Estado em prestar os serviços sociais básicos às famílias carentes e seus dependentes. Legal-

mente, o Estado Brasileiro deve oferecer suporte ao menor e aos idosos através de programas sociais, o que ajudaria a aliviar as pressões econômica e pessoal destas famílias. Entretanto, o que se observa atualmente é um crescente retrocesso dos serviços públicos. O Estado trata de minimizar ao máximo sua contribuição e clama por mais ajuda da comunidade e da família para com seus dependentes.

No quadro das profundas transformações culturais, sociais e econômicas, um outro elemento complicador aparece reforçando o sentimento de falência da família. Trata-se das mudanças demográficas e seus efeitos sobre a estrutura etária e a longevidade da população. Resultados sobretudo de uma rápida queda das taxas de fecundidade e de um aumento generalizado da expectativa de vida, nem sempre corretamente interpretadas, estas mudanças mostram, de fato, que nunca tantas pessoas viveram por tanto tempo e alcançaram as idades adultas avançadas, tendo pais e outros parentes idosos, que demandam ajuda. Portanto, a maior longevidade das pessoas e a permanente situação de dificuldades econômicas em que vive a maioria delas, paralelamente à inoperância e cortes nos programas sociais, fazem com que um número cada vez maior de famílias tenha que assumir os cuidados com seus dependentes.

O aumento na expectativa de vida significa que nós brasileiros, hoje, temos maiores chances de passarmos mais tempo como membros de uma ou mais famílias, quer no papel de pai, mãe, filhos, esposos, avós etc. Esta maior longevidade estaria propiciando, também, uma superposição destes papéis, bem como a convivência de diferentes gerações (Goldani, 1989).

Nesta perspectiva os laços familiares e de parentesco, ainda que em outras bases, se fortalecem, sugerindo uma interpretação alternativa para a “crise” da família brasileira, justamente, no oposto ao aludido declínio familiar. Isto sempre e quando a ótica seja das famílias como processos e não como estruturas fixas no tempo. Diferenciação esta que, aliás, está na base das divergências dos discursos sobre as famílias.

Portanto, mudaram as condições de reprodução da população, os padrões de relacionamento entre os membros da família, os modelos de autoridade estão em questionamento, e a posição relativa da mulher alterou-se profundamente. Completando o quadro, até mesmo a legislação brasileira redefiniu o conceito de família.

A Constituição de 1988 considera que, para efeitos de proteção do Estado, família é a união estável entre homem e mulher ou qualquer dos pais e seus descendentes. Neste conceito “novo” de família, ao enfatizar a necessidade de proteção aos dependentes - crianças, jovens e velhos - a Constituição Brasileira reconhece o poder assimétrico entre os membros da família. Fica claro, ainda, que os direitos e deveres conjugais são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher. Estes princípios constitucionais, em grande parte regulamentados em lei, alteram o direito de propriedade das mulheres casadas, facilitam o divórcio, reconhecem os mesmos direitos legais dos filhos - independentemente da natureza da filiação - e estabelecem os direitos e obrigações individuais dos membros da família, segundo a posição que ocupam.

### Mudanças nas estruturas familiares brasileiras: propostas de interpretação<sup>3</sup>

Dado que as famílias não só respondem às transformações sociais, econômicas e demográficas, mas também as geram, tem sido difícil para os estudiosos da família brasileira interpretar as mudanças nas estruturas familiares no tempo. A visão dicotômica - entre o tradicional e o moderno - que toma em conta modelos de família, elaborados com base nas classes dominantes (rurais) e das classes médias (urbanas) já não satisfaz. Não só por suas limitações como modelos interpretativos associados à uma concepção de família e de tipologias de família, mas, também, porque obscurece a realidade da maioria das famílias brasileiras que pertencem às chamadas camadas populares.

O conhecimento acumulado sugere que para a maioria das famílias brasileiras - as famílias das chamadas camadas populares - são suas precárias condições de vida que maiormente responderiam por sua estrutura, ou seja, tamanho e organização interna (Gomes, 1991, Woortman, 1987, Fausto Neto, 1982; Alvim, 1979; Bilac 1978, Durham e Cardoso, 1979). Nesta perspectiva as famílias mais pobres, sobretudo das periferias urbanas, iriam se formando, expandindo e contraindo dentro de um quadro de precariedade de condições de vida que definiriam suas opções. Assim, tanto o fenômeno de ampliação dos núcleos familiares, via integração de parentes ou

---

<sup>3</sup> Não se trata de uma revisão exaustiva dos estudos de família, o que aliás já foi objeto de outros trabalhos tais como os de: Salém, 1985; Corrêa, 1984 e Fukui, 1980; Medina, 1972.

não parentes, bem como o incremento das famílias conviventes via associação entre núcleos familiares, responderiam em grande medida a fatores concretos de condições de vida desta população.

A variedade de arranjos domésticos dos grupos populares - onde sobressai a presença de famílias monoparentais, sobretudo mulher com filhos - é atribuída a uma maior instabilidade do vínculo conjugal, fato que tem alimentado o mito da desorganização familiar entre os pobres. Arraigado entre os mais diferentes setores profissionais e/ou acadêmicos este mito adquire características de perversidade e estigma na medida que influi no comportamento daqueles que nele acreditam e serve para desqualificar o pobre (Gomes, 1991).

Na verdade, os estudos empíricos mostram que nas famílias de trabalhadores urbanos ou rurais a preferência é pelo modelo nuclear conjugal - com elevado número de filhos, com uniões legais e duradouras - e que as rupturas destas famílias ocorreriam, fundamentalmente, quando da incapacidade do homem, por alcoolismo ou migrações transitórias em manter sua responsabilidade de pai-provedor (Woortman, 1987; Durham, 1982).

Organizadas ao redor do trabalho remunerado do chefe homem, e do trabalho doméstico da mulher-mãe, a maioria das famílias das camadas populares está permanentemente ameaçada pelos baixos salários e desemprego. Esta pressão produz seus efeitos: mulheres, jovens e crianças são lançados no mercado de trabalho. Deste modo, há um processo contínuo de reestruturação destas famílias. Uma das interpretações é de que como unidade de cooperação econômica as famílias

pobres “forçam e reforçam” a solidariedade entre seus membros e a casa própria aparece como um grande valor (Bilac, 1990).

Para as famílias brasileiras das camadas médias urbanas, entretanto, não seriam as restrições materiais que responderiam; primordialmente, pelos arranjos familiares alternativos. Estes arranjos estariam relacionados com a insatisfação com o modelo hegemônico em um contexto de abertura no leque das opções individuais e estilos de vida. Apesar da diversificação entre os segmentos médios da população e a correlata associação com os padrões de consumo de bens materiais e simbólicos, predomina entre as famílias das camadas médias o modelo nuclear conjugal (Romanelli, 1986; Bilac, 1992). Ao mesmo tempo, aumentam as experiências de vínculos afetivo-sexuais variados e com moradias separadas, o contingente de mulheres optando pela maternidade fora da união formalizada e mesmo a opção pelo celibato entre homens e mulheres (Morais, 1985). As famílias das camadas médias estariam tornando-se mais igualitárias na medida que homens e mulheres são percebidos como iguais enquanto indivíduos mas diferenciados pessoal e idiosincraticamente (Figueira, 1985).

Desse modo, na linha das diferenças entre famílias de camadas populares e médias destaca-se a representação sobre a família em cada um destes grupos sociais. Nas famílias de camadas médias a lógica do individualismo substituiria a da solidariedade das camadas populares no processo de enfrentamento com a sociedade inclusiva (Bilac, 1990). De fato, o núcleo doméstico seria um locus de harmonia e os conflitos seriam vistos como disruptivos e ameaçadores do projeto fa-

miliar de ascensão social característico nas camadas médias (Romanelli, 1986; Durhan, 1980; Macedo, 1979).

Na discussão mais recente sobre as mudanças na família destaca-se a contribuição do Projeto “Família e Valores” do Centro João XXIII do Rio de Janeiro.<sup>4</sup> Ao considerar a família como “um universo de valores, ou seja, um campo de visibilidade da excludente modernidade brasileira” (Ribeiro e Ribeiro, 1991:14) os resultados do projeto enfatizam a ocorrência de mudanças e permanências. No quadro das desigualdades de uma “modernidade excludente” haveria uma hegemonia das áreas metropolitanas brasileiras, sobretudo, quando se trata de “verdadeiras portas arrombadas no quadro de valores”, tal como ilustram os dados de aceitabilidade do divórcio e da maternidade entre as solteiras (Ribeiro e Ribeiro, 1991:26).

Haveria uma dimensão invisível da mudança social na combinação do “moderno e o arcaico” que geraria a nova família brasileira aponta Figueira (1987). Para este autor seria central o imaginário, as emoções, a fantasia, o desejo, enfim o sujeito. Seria assim a reflexão sobre o sujeito e seu papel no processo de mudanças sociais que permitiria entender a convivência do arcaico e do moderno bem como clarificar suas condições sociais e subjetivas. A “psicanalização” das camadas médias intelectualizadas e o fenômeno de convergência de comportamentos, embutidos na modernidade, seria um exemplo. A vigência de um “complexo patriarcal” na organização

---

<sup>4</sup> O projeto mencionado é do Centro João XXIII de Investigação e Ação Social (CIAS) intitulado “Sociedade Brasileira Contemporânea, Família DO Brasil e Valores: Permanências e Alterações. 1964-1984”.

social, econômico e política brasileira também ajudaria a entender a multiplicidade de códigos culturais na parcela “urbana moderna” da sociedade brasileira. Os princípios de autoridade do homem sobre a mulher, dos mais velhos sobre os mais novos permaneceriam vigentes, ainda que relativizados pelo desenvolvimento das instituições políticas e sociais (Sarti, 1989; Da Matta, 1987).

Finalmente, na perspectiva das crescentes semelhanças entre as estruturas dos arranjos domésticos brasileiros, aproximando-se de padrões internacionais observados, que por sua vez coincide com tendências demográficas similares, remetem à tese da convergência de padrões e a uma rediscussão das teorias sobre a modernização (Berquó, 1989; Bilac, 1992; Goldani, 1993). Nesta polêmica perspectiva a busca de explicação para as semelhanças passaria, necessariamente, pela revisão e compreensão do que aconteceu com as diferenças como sugere Bilac (1992). Isto porque, mesmo reconhecendo que a associação direta entre tipos de família e estrutura de classes é “metodologicamente errônea e heurísticamente pobre” a autora enfatiza a dificuldade de compreender a relação família e sociedade sem tomar em conta a estrutura de classes sociais. Contribuindo para este debate, Castro (1992) chama a atenção para a alquimia das categorias sociais, - raças, gênero e geração - na construção da subjetividade e destaca que “a estrutura de classes condiciona práticas, mas não as determina, nem limita alianças construídas em nome de interesses de algumas categorias sociais” (p:59).

## Perfil Demográfico dos Arranjos Domésticos nos Anos 80

Ao traçar o perfil dos arranjos domésticos, tendo como referência os dados secundários<sup>5</sup> dos Censos e pesquisas domiciliares as restrições ficam por conta dos critérios de co-residência, relação de parentesco e dependência doméstica pe-

---

<sup>5</sup> As maiores fontes de dados secundários sobre estrutura domiciliar são os censos de população e as pesquisas por Amostras de Domicílios (PNAD) cujos dados são coletados, processados e divulgados oficialmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O IBGE define família como “um conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco ou dependência doméstica, que vivassem no mesmo domicílio”, ou “pessoa que vivesse só, em domicílio particular”. Foi ainda considerado como família “todo conjunto de no máximo 5 pessoas, que vivassem em domicílio particular, sem estarem ligadas por laços de parentesco ou dependência doméstica”. (IX Recenseamento Geral do Brasil-1980. Vol. 1 - Tomo 6-Numero 1:pp:XXV) Os dados referem-se, portanto, às famílias residentes em domicílios particulares e às informações das pessoas residentes nos domicílios da amostra. A amostra nos censos de 1970 e 1980 foi de aproximadamente 25% dos domicílios particulares e pessoas neles recenseadas. No caso da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1981 e 1989 a definição de família permanece como a do censos de população, com uma pequena diferença: o limite máximo de 5 pessoas, para o conjunto sem parentesco residindo em domicílios particulares, não foi estabelecido.

Portanto, a definição de família para o IBGE, tanto nos censos como PNAD, equivale ao de unidade doméstica residencial e não à concepção sociológica mais comum, que é o de família como um grupo de pessoas que mantém vínculos de parentesco resultantes de consangüineidade ou de adoção. Entre as vantagens da coleta das informações do IBGE a nível da unidade doméstica e não só da família de parentesco, destacam-se as possibilidades de reconstrução de diferentes universos. Mesmo restrito à unidade de residência, é possível trabalhar com o grupo de parentesco como família e assim aproximar-se do conceito sociológico de família.

las quais se classificam as pessoas residentes nos domicílios particulares. Isto significa que, em geral, os dados oferecem elementos para a análise das estruturas das unidades domésticas *mas*, poucas vezes, se pode reconstituir os processos que respondem pela diversidade dos arranjos destas.<sup>6</sup> Neste trabalho, se oferece primeiro, um panorama da estrutura dos domicílios particulares, os quais distinguimos entre aqueles organizados como “famílias” e aqueles que chamamos “não-famílias”. Em um segundo momento, na discussão dos diferentes argumentos sobre a chamada “crise” da família, se detalha alguns dos processos demográficos que respondem pela diversidade dos arranjos familiares.

Uma primeira caracterização do total das unidades domésticas, ou domicílios particulares na linguagem censitária brasileira, mostra que a maioria estão estruturados ao redor de famílias, aqui definidas como um grupo de pessoas conviventes relacionadas por laços de parentesco ou adoção (92,6%). Os domicílios restantes (7,4%) estão formados por uma pessoa vivendo só ou por um grupo de duas ou mais pessoas sem relação de parentesco, os quais chamamos não-famílias (Tabela 1). Apesar da predominância das unidades domésticas organizadas por laços de parentesco, foram os arranjos domésticos do tipo “não famílias” os que mais cresceram nos anos 80.

---

<sup>6</sup> Na verdade, poucas são as pesquisas domiciliares do tipo PNAD que oferecem as histórias de vida, ou de eventos, que permitem reconstruir processos. Quando isto ocorre as histórias são, em geral, sobre eventos demográficos, como foi o caso da PNAD 84 onde contamos com histórias de uniões e de fecundidade para mulheres de 15-54 anos, os quais utilizamos para reconstruir as “trajetórias familiares” para estas mulheres (Goldani, 1989).

As mudanças nas estruturas domiciliares nos anos 80, definidas em termos de número, tamanho, organização interna dos arranjos domésticos mostram as seguintes variações:

a) O número de unidades domésticas entre 1970 e 1989 quase dobrou, de 18,4 para 36,6 milhões. Este aumento foi acompanhado de uma diminuição de 22% no tamanho destas. Contribuiu para isto o crescimento da população, bem como a distribuição desta por idade, sexo e estado civil. Assim, estima-se que mais de dois terços do crescimento no número de unidades domésticas se deveu a um número maior de pessoas casadas, mas também ao incremento nas taxas de chefia entre as mulheres solteiras, viúvas, separadas e divorciadas com filhos.

b) O tamanho das unidades domésticas sofreu uma diminuição de cerca de 1 pessoa, em média, no período 1970/89. Esta passagem de um tamanho médio de 5,0 para 4,1 pessoas por unidade doméstica resultou da combinação de vários fatores, tais como: queda da fecundidade e da mortalidade, bem como das disrupções matrimoniais por viuvez, separações e divórcios. Com tamanhos diferenciados segundo o local de residência, as unidades domésticas mostram um tamanho maior nas áreas rurais, de 5,3 e 4,6 pessoas em média contra 4,7 e 4,0 nas áreas urbanas, respectivamente em 1970 e 1989. Estes diferenciais se mantêm no tempo, muito embora tenha diminuído mais o tamanho das unidades domésticas urbanas. Boa parte destas diferenças tem a ver com as variações nos níveis de fecundidade urbano-rurais e regionais, que estão colocados entre os determinantes próximos das estruturas familiares.

c) A maior parte das unidades domésticas brasileiras em 1989, encontram-se em áreas urbanas e 1/3 delas estão abaixo da

chamada linha de pobreza. Com um rendimento médio mensal de 7,2 salários mínimos no total, encontramos que são as unidades domésticas formadas por mãe com filhos e sem cônjuge as que apresentam os rendimentos mínimos e no outro extremo estariam os casais com filhos e outros parentes.

A pobreza urbana brasileira é estratificada, tem um perfil bem definido, e separa o país em dois. Com cerca de 40% da população urbana residindo em domicílios classificados como pobres, em 1989, encontra-se que 12% destes apresentavam uma pobreza estrutural, 21 % seriam os pobres mais recentes, e 6% pobres com necessidades básicas insatisfeitas (Brandão, 1992) .

d) As maiores probabilidades de serem pobres ou indigentes, acima da média urbana, são encontradas para os domicílios com as populações pardas e pretas, casais jovens com filhos, os idosos, e os residentes em domicílios plurifamiliares, sobretudo mulheres jovens, sem cônjuge e com filhos. Cabe dizer que a proporção das unidades domésticas brasileiras com chefe mulher, praticamente, dobrou nas últimas três décadas, de 10,7 para 20,0, entre 1960 e 1989. As diferenças de pobreza entre regiões, caracteriza dois países: o do Norte, Nordeste e Centro-Oeste e o do Sul e Sudeste (vide Brandão, 1992 e Goldani, 1993).

### Famílias e famílias

A fragmentação do modelo casal com filhos e a crescente importância do modelo monoparental - onde predominam mulheres sem cônjuge com filhos - responde pela diversificação dos arranjos familiares. As mudanças nos arranjos familiares

entre 1981 e 1989 mostram, respectivamente: 82,1% e 79,4% de famílias formadas por casais; 12,4% e 14,8% monoparentais; 5,5% e 5,8% de outros tipos de família. Assim, confirma-se a tendência de fragmentação do tipo de família conjugal no período, no sentido de um aumento nas proporções de famílias monoparentais (em sua maioria mãe com filhos e sem cônjuge). As mudanças na nupcialidade, com o aumento do (divórcio e de mulheres solteiras com filhos, são alguns dos processos demográficos mais estreitamente associados com estas tendências (Tabela 2).

Os demais arranjos familiares - “outras” - formados por mais de 2 pessoas com relações de parentesco, que não seja de casal e/ou um dos pais com filhos, aumentou de 5,5% para 5,8%, entre 1981 e 1989. Este aumento deve estar relacionado com as tendências de maior longevidade e padrões culturais brasileiros de cuidados de pessoas idosas pela parentela.

As unidades domésticas organizadas como famílias dependem, majoritariamente, da renda do chefe para viver. De fato, há uma estreita relação entre os tipos de família, as etapas do ciclo de vida familiar e a qualidade de vida de seus membros. Em 1989, para o conjunto das famílias, a proporção média da renda familiar que dependeu do chefe foi de 72%, mas variou segundo os tipos de família. As famílias mais pobres e com mais dificuldades de gerar recursos são as famílias formadas pela mãe sem cônjuge e com filhos menores de 14 anos onde 93% da renda dependia do chefe. No outro extremo, estão as famílias de casal com filhos de 14 anos ou mais que apresentam os maiores níveis de rendimento per cápita e onde a renda familiar menos depende do chefe, a proporção foi de 82% (Tabela 2).

Um indicador perverso da situação das famílias pode ser visto no fato de que, apesar da sistemática diminuição do tamanho das famílias, aumentou a proporção dos membros que trabalham. São as mulheres cônjuges as maiores responsáveis por estes aumentos. As taxas de atividade da mulher (esposa do chefe) aumentaram de 27% para 37% entre 1981 e 1989. Verifica-se, também, que é entre as famílias formadas pela mãe com filhos e sem cônjuge, que se encontra o maior aumento na proporção de pessoas trabalhando, para manter, praticamente, o mesmo nível de rendimento medio familiar (tabela 2).

As diferenças regionais mostram o fenômeno de aumento das famílias monoparentais é mais acentuado nas regiões mais pobres do país, e que o modelo de casal com filhos alcança seus valores máximos na região sul. As diferentes dinâmicas demográficas e nível de desenvolvimento explicariam em boa medida estas diferenças. Como um fenômeno crescentemente urbano, as mulheres chefes de família têm sua representatividade aumentada em 18% no total do país e de 33% nas áreas metropolitanas, no período 1978/87 (Tabela 4). As diferenças regionais mostram que são as áreas metropolitanas da região mais pobre do país, Nordeste, onde mais aumenta a participação das mulheres chefes de família. Assim, Fortaleza aumentou em cerca de 31 %, Salvador 26% e Recife 20%. Nas áreas metropolitanas do Sudeste, a chefia feminina cresceu em cerca de 33% no Rio de Janeiro, 25% em São Paulo e 18% em Belo Horizonte. Já no Sul, tanto Curitiba como Porto Alegre tiveram um aumento de cerca de 25% nas famílias com chefes mulheres, ficando Belém, no Norte do país, com o menor crescimento, 15% no período 1978/1987.

Em termos das famílias com chefes mulheres, os dados mostram que estas mulheres chefes, entre 15 e 54 anos, predominantemente viúvas em 1960, são as solteiras em 1984. O aumento das mulheres chefes solteiras resultaria da combinação das tendências de maiores taxas de chefia entre as solteiras o que, por sua vez, estaria também associado com o aumento de 3% para 11% nas mulheres solteiras com filhos de 1960 para 1984.

No Brasil, 3,3 milhões de crianças menores de 14 anos viviam só com a mãe, sem cônjuge em 1989. Isto representou 11% das crianças residentes em domicílios particulares. Já os outros 88% das crianças, residiam em arranjos formados por casal com filhos e o restante em outros tipos de arranjos domésticos. Apesar de relativamente pequeno, o fenômeno de crianças residindo só com a mãe foi o que mais aumentou na última década. Enquanto a proporção de crianças (menores de 14 anos) residindo só com a mãe aumentou em 72%, aqueles vivendo com casais incrementaram em cerca de 15% e os residentes em outros arranjos aumentaram em 20%.

Não só aumentou a proporção de crianças vivendo com a mãe mas também o tempo que as mulheres passam na condição de mãe sem cônjuge com filhos. Isto significa um incremento na probabilidade das crianças passarem mais tempo vivendo neste tipo de arranjo doméstico. Isto porque a análise do comportamento de diferentes coortes de mulheres, nesta segunda metade do século, mostrou que a expectativa das mulheres permanecerem sem cônjuge e com filhos, aumentou. De acordo aos padrões demográficos do início dos anos 80 estima-se que a probabilidade é de que as mulheres passem 11,2 anos

de sua vida adulta na condição de mãe sem cônjuge e com filhos (Goldani 1989).

Entre a população idosa que em geral vive em arranjos domésticos ampliados (2 ou 3 gerações), verifica-se uma maior propensão para viverem sós. As cifras de idosos vivendo só passaram de 8% em 1980 para cerca de 10% em 1989. Do total destes idosos vivendo sós, cerca de 2/3 eram mulheres em 1989. Assim os idosos, que representavam 22% do total das pessoas vivendo sós em 1970, passaram a representar cerca de 30% em 1980 e 42% em 1989.

#### As unidades domésticas “não-famílias”: o fenômeno de crescimento das pessoas morando sozinhas

Mesmo representando apenas 7,4% do total das unidades domésticas em 1989 (cerca de 2,697 milhões), os arranjos do tipo “não-famílias” confirmam a tendência de décadas passadas, e apresentam os maiores valores nas taxas anuais de crescimento no período 1981-89 (Tabela 1). Neste período os arranjos “não-famílias” crescem à taxas bem mais elevadas do que (7,1%) aquelas observadas para o tradicional arranjo de famílias (3,8%).

O perfil das unidades domésticas chamadas “não-famílias” está dado, fundamentalmente, pelas unidades unipessoais (pessoas residindo sozinhas) posto que os grupos de 2 ou mais pessoas sem relação de parentesco em 1989 ainda representaram uma proporção muito pequena do total destas unidades.

Na medida em que os arranjos unipessoais representam formas de arranjos domésticos alternativos, cabe perguntar-se: Quem são as pessoas vivendo sós? Que fatores respondem pelo brutal aumento em suas taxas de crescimento na última década, e que relações isto pode ter com a diminuição nas taxas de crescimento de arranjos conjugais?

A Tabela 3 mostra que os arranjos unipessoais em 1989 são predominantemente urbanos, 78,8%, em estágios avançados de ciclo vital, e em geral trata-se de domicílios pobres, onde 41% tem uma renda média mensal de até um salário mínimo. Mais da metade das pessoas que residem sozinhas (58%) estão na condição de economicamente ativos e 1/4 destes são trabalhadores manuais urbanos.

Com uma população feminina ligeiramente superior à masculina (52%), mas com uma estrutura etária bastante diferenciada por sexo, o incremento de 71% dos arranjos unipessoais no período 1981-89 resultou da combinação dos seguintes fenômenos:

a) uma crescente opção de jovens solteiros, sobretudo homens, de residirem sós, o que aliás coincide com a concentração de 40% destas pessoas entre os trabalhadores não manuais e trabalhadores manuais urbanos. Entre 1981 e 1989, aumentou a participação relativa de pessoas de 15-39 anos, com os homens passando de cerca de 38% para 41 %, e as mulheres de 16% para 19% (Tabela 3). Os diferenciais por sexo nestas idades se dão via maior participação masculina no mercado de trabalho e menores idades de união para mulheres (a mediana ao casar em 1984 era de 20 anos).

b) um aumento da longevidade, que faz com que homens e mulheres vivam mais tempo na condição de viúvos e mantenham seu próprio domicílio, tal como sugerem as elevadas proporções de pessoas de 60 anos e mais entre os que residem sozinhos. O fato destas proporções serem praticamente o dobro entre as mulheres, reflete, por um lado, a contínua maior esperança de vida feminina (hoje em cerca de 7 anos), o que somado às diferenças de idade ao casar (4 anos a mais para os homens), faz com que ‘aumente a probabilidade de viuvez para as mulheres. Probabilidade esta que em 1984 era de 0,5, e que faz com que as mulheres brasileiras tenham chance de passar ao redor de 12% de sua vida adulta na condição de viúvas. Por outro lado, as baixas taxas de recasamento entre as viúvas, onde verifica-se que de cada 100 viúvas apenas 57 voltariam a unir-se, somadas à maior intensidade de recasamento entre homens viúvos, também atuam no sentido de aumentar o número de arranjos unipessoais no período 1981-89. (Tabela 6). A combinação da longevidade maior com fecundidade menor aumenta a probabilidade das pessoas, sobretudo mulheres idosas, de viverem sozinhas. Isto confirma o mencionado anteriormente, de que os arranjos unipessoais representariam, também, uma espécie de família em uma etapa da desagregação do núcleo familiar.

c) uma maior propensão entre divorciados e separados de residirem sozinhos nas idades 30-59, somado ao fenômeno de crescente ruptura matrimonial voluntária (a probabilidade de separação e divórcio mais do que dobrou durante os últimos 40 anos), estaria sendo determinante para o aumento nas taxas de crescimento dos arranjos unipessoais. Ou seja, as unidades unipessoais masculinas nestas idades intermediárias estariam

predominantemente definidas por separados e divorciados, enquanto que, para as mulheres, já pesa a viuvez. Por exemplo, em 1980 as taxas de chefia por situação matrimonial e idade mostram que enquanto as taxas de chefia para separados e divorciados eram de 63,5 para homens e de 79,1 para mulheres nas idades 45-54 anos, estas mesmas taxas, para os solteiros, foram de apenas de 41,7% entre os homens e 35,8% entre as mulheres. (Goldani, 1989). Portanto, o crescimento dos arranjos uni pessoais está dado por homens mais jovens solteiros e mulheres mais velhas e viúvas.

### Argumentos e estatísticas na discussão da chamada crise da família

Na revisão das evidências empíricas e dos argumentos usados a favor ou em contra a idéia de declínio da família é importante destacar o que se estaria entendendo por família e por crise. Quanto ao conceito de família, apesar de sua complexidade e discussões sobre o mesmo, a referência comum nos discursos é o grupo de pessoas que reside em uma mesma casa, mantém laços de parentesco e dependência e mantém relações hierárquicas. Ou seja, parece haver um modelo hegemônico de família que o imaginário das pessoas constrói.

O termo “crise familiar” ou desestruturação envolve uma discussão bastante mais ampla. Entretanto, como já foi mencionado anteriormente, parece ser que o discurso da opinião pública associa crise com mudanças e desintegração enquanto para muitos estudiosos da família a chamada crise da família

significaria mudanças estreitamente relacionadas com as transformações nos modos de vida, valores e as condições de reprodução da população.

Tratando de sumarizar, destacamos tres dos principais argumentos usados pelos defensores da idéia de declínio da família contrapondo-os ao que consideramos ser mudanças mas não, necessariamente, desestruturação.

1) A família passa por uma desinstitucionalização interna. O fato de que os indivíduos se tornam mais autônomos, menos dependentes do grupo tem gerado grupos domésticos familiares cada vez menos coesos e integrados. Nesta linha de argumentação ganha destaque o fato do Estado e outras instituições interferirem direta e/ou indiretamente no processo de desinstitucionalização.

Apoiados nas estatísticas sobre a participação da mulher e dos filhos no mercado de trabalho bem como na crescente contribuição destes para o orçamento doméstico os argumentos vão na linha das alterações dos hábitos e relações entre os membros da família bem como de um debilitamento da autoridade parental. Da mesma forma se diz que o Estado Brasileiro exerce um papel determinante sobre a família e destaca-se para isto a legislação nos diferentes códigos civís delimitando direitos e obrigações dos membros da família, bem como o conjunto das políticas públicas interferindo direta ou indiretamente sobre a reprodução dos seus membros (Goldani, 1990, Bilac, 1990, Faria, 1989).

Ao discutir esta questão da desinstitucionalização não há como negar que como estratégia para enfrentar as dificuldades econômicas e a degradação dos salários todos os membros da

família foram para o mercado de trabalho, rompendo assim com tradicionais arranjos e hábitos domiciliares. Por exemplo, apesar de que são os chefes de família os que mais respondem pela obtenção da renda familiar, observa-se em 1987 que a contribuição dos filhos de 10-17 anos, para a maioria das famílias, foi da ordem de 11 a 30% do total da renda familiar. Estes dados poderiam reforçar o argumento de relativização da autoridade parental, a alteração da sociabilidade entre os membros da família e a redefinição de posições na família. Entretanto, isto mais que a falência da família brasileira pareceria apontar para um modelo menos hierárquico e mais democrático de família.

Quanto ao papel do Estado no processo de desinstitucionalização diríamos que, de fato, isto nada tem de novo e que talvez esteja ocorrendo, isto sim, um aprofundamento da interferência deste na dinâmica familiar. Dois exemplos, comumente citados, referem-se aos efeitos indiretos das políticas sociais sobre a queda da fecundidade no Brasil (Faria, 1989) e as alterações substanciais na concepção de família e os novos direitos da mulher introduzidos na Constituição de 1988 (Bilac, 1990; Goldani, 1990). Assim, as relações entre Estado e Família que foram, por muito tempo, mantidas mais bem a nível ideológico e institucional, hoje, mostram um estreitamento ainda maior a nível das práticas.

2) O declínio do familismo como valor cultural é evidente e teria como origem o crescente individualismo e igualitarismo, características apontadas como marcas dos processos de modernidade pelo qual atravessa o país. O desaparecimento das famílias de três ou mais gerações, ou mesmo a diminuição

dos parentes na residência de famílias conjugais são apontados como indicadores disto. Na mesma linha se argumenta que estes valores estão debilitando-se na medida que há. uma diminuição do tamanho da família e uma maior instabilidade das uniões fragmentando os laços de parentesco. Entre as estatísticas apontadas em favor deste argumento aparecem: o declínio na proporção de casais residindo com parentes, que passa de 10% para 7% no período 1970/1989; a diminuição de 1 pessoa em média no tamanho da família no mesmo período e o incremento de mais de 100% nas taxas de separação e divórcio nas últimas décadas (Goldani, 1989).

Entre as dificuldades com este argumento destaca-se o pressuposto da existência de um modelo de família extensa ou ampliada pela presença de diferentes gerações co-residindo e que estaria em processo de nuclearização. Este pressuposto é fortemente questionado pelos estudos históricos que registram, para diferentes momentos da história do Brasil, uma predominância do tipo de família conjugal, ou nuclear, para usar a terminologia daqueles estudos (Samara, 1989). Associado a isto, encontra-se o fato de que as estruturas familiares resultam de uma dinâmica interna associada aos diferentes estágios do ciclo vital da família o que dificulta a generalização de tipos de família.

Em resposta a esta tese do declínio do familismo se poderia contra-argumentar ainda, que as melhorias nas condições de saúde e mortalidade (resultado da expansão dos serviços de saneamento básico e medicina preventiva, do tipo vacinação massiva, mais do que propriamente resultado da melhoria das condições de vida da população), geraram mudanças nas es-

truturas por idade e sexo da população propiciando que as pessoas vivam por mais tempo nos diferentes papéis. Portanto, os casamentos e as famílias podem sobreviver mais e os membros de diferentes gerações aumentaram suas chances de convivência mesmo que não seja baixo o mesmo teto. Assim as estatísticas mostram que um brasileiro nascido e exposto as condições de vida dos anos 40 esperaria viver em média 43 anos ao passo que nos anos 80 esperaria viver cerca de 68 anos. Esta situação juntamente com a queda da fecundidade fez com que a população brasileira ficasse mais velha, aumentando as chances de convivência entre as gerações. De uma idade média de 19 anos em 1950 e uma proporção de 2% de pessoas idosas (mais de 65 anos), o Brasil passou a ter em 1984 uma população com uma idade média de 21 anos e uma proporção de idosos de ao redor de 4% (Hakkert, 1986).

Finalmente, e ainda em favor da tese sobre o potencial fortalecimento dos laços familiares, via longevidade dos membros da família, caberia mencionar o impacto da mortalidade sobre a permanência de famílias do tipo conjugal. Analisando as trajetórias de vida feminina mostramos, em estudo anterior, que no Brasil, durante este século, as melhorias na mortalidade foram mais importantes que as mudanças nos padrões de casamento na determinação do tempo que as mulheres brasileiras passam em uma família conjugal (Goldani, 1989). Assim encontramos, com base nos dados de 1980/84, que mais de dois terços do tempo que uma mulher brasileira passaria na condição de mãe ela o faria ao interior de uma família do tipo conjugal (casal com filhos). Claro está que isto é diferenciado por grupos sociais e no caso mostramos que as probabilidades das mulheres/mães permanecerem em famílias do tipo conju-

gal é maior para brancas (71 %) do que para as pardas (66%) e negras (58%) (Goldani, 1990).

3) A família está enfraquecida e debilitada para cumprir com muitas de suas tradicionais funções sociais, inclusive com a reprodução de seus membros e a sua própria como grupo. Para sustentar este argumento menciona-se o rápido descenso da fecundidade (com as taxas totais de 6,0 filhos em 1950 passando para 3.2 em 1986), o aumento das concepções pré-maritais (a proporção de mulheres casadas que tiveram filhos antes ou estavam grávidas ao casar passou de 13% nos anos 60 para 20% nos 80) e ainda a chamada produção independente, ou seja, de mães solteiras. Em 1984 cerca de 11 % do total das mulheres adultas solteiras haviam tido filho. Esta proporção variou de ao redor de 21 % para as negras, 13% entre as pardas e 8% para brancas. Dentro do raciocínio anterior estas cifras indicariam o não controle da atividade sexual e da reprodução pela família (Goldani, 1990).

Um aspecto central e discutível deste argumento é a concepção restrita de reprodução da família vista tão só através da fecundidade. Mesmo restritos aos processos demográficos, nos parece fundamental destacar que a reprodução da família passa não só pelo número de filhos tidos mas também pela sobrevivência dos seus membros e as novas formas de uniões entre os sexos. Neste sentido é importante salientar que apesar da diminuição da fecundidade e aumento dos divórcios o potencial gerado pela maior esperança de vida de homens e mulheres possibilitou a permanência da família conjugal como modelo mais comum. Da mesma forma que a maior sobrevivência feminina, com uma expectativa de vida de cerca de 6 anos a mais que os homens, juntamente com as rupturas

matrimoniais, possibilitou um aumento de famílias monoparentais (Goldani, 1990). Nossos resultados mostram, também, que os papéis de esposa e mãe predominaram nas trajetórias de vida das mulheres brasileiras apesar de que há uma pequena diminuição relativa do peso destes na vida adulta das mulheres. Por exemplo, enquanto as mulheres nos anos 50 esperariam passar casadas 60% de sua vida adulta, aquelas mulheres casadas nos anos 70 passariam cerca de 55% de sua vida adulta nesta condição.

### Comentários finais

Concluindo, insistiríamos na complexidade dos fatores associados às mudanças na organização dos arranjos domésticos familiar e nas dificuldades de interpretação dos mesmos. Dificuldades que começam com a própria noção de família e de sua dinâmica cuja apreensão ultrapassa as fronteiras interdisciplinares. Neste quadro de referências, certamente, se encontra a matriz de insegurança sobre a situação das famílias hoje e a leitura da desestruturação das mesmas.

Uma primeira constatação diz respeito a visibilidade que adquire a família no contexto das importantes mudanças político-institucionais e do bem sucedido movimento de mulheres nas últimas décadas. De fato, a luta pela democracia, pela cidadania e pela sobrevivência, a singularidade e a interdependência das trajetórias individuais, via arranjos de trabalho e as diferentes estratégias reprodutivas da população, são alguns dos elementos que redefinem os modos de vida dos brasileiros e respondem pelo perfil da família no início dos anos 90.

As “questões sobre família”, por longo tempo consideradas exclusivas do âmbito privado, ganham destaque e desafiam o cientista social a rever os paradigmas, criar novas categorias de análise bem como incorporar, em seus estudos, elementos e dados estatísticos considerados, até então, pouco ortodoxos. Nesta incorporação os sistemas paradigmáticos mais comuns para interpretação do que ocorre com a família são ultrapassados. Deste modo observa-se a marcante orientação neo-evolucionista nos modelos interpretativos de tendências cíclicas ou multilíneas das mudanças nas famílias, argumentando que através do tempo as sociedades teriam se tornado cada vez mais diferenciadas socialmente e com instituições substitutivas das originais funções familiares. Nesta perspectiva teria havido uma perda das funções políticas, educacionais, religiosas e econômicas por parte da família para o Estado e instituições de produção e administração. Assim, fugindo da tradição evolucionista e de tipologias anteriores, o neo-funcionalismo põe uma ênfase maior na capacidade individual de controle dos eventos e no enfraquecimento das fronteiras das esferas do público e do privado como aspectos marcantes para a interpretação das mudanças nas famílias.

Um outro sistema paradigmático em questionamento é o da relação entre os mecanismos de reprodução da força de trabalho e os arranjos domésticos. As teses clássicas neste campo perdem importância e, na perspectiva da reciprocidade entre família e trabalho, passam a ser enfatizados os modos como a vida muda. Nesta perspectiva seria necessário considerar a chamada decomposição do modelo Fordiano, onde se combinatoriam processos Tayloristas e normas familiares respaldadas em modelos de família monogâmica. Estas famílias, estabele-

zadas por hábitos de consumo e pela propriedade da casa e do carro estariam sendo pressionadas a redefinir-se. Da mesma forma, o crescimento do trabalho informal apontaria para o potencial de liberação individual e, com o pressuposto de que as relações de mercado se dão através de relações sociais específicas, a informalização da economia seria um desafio, não só da perspectiva das relações econômicas mas, também, por seu significado em termos de relações de classe, parentesco e gênero.

As reflexões mais recentes convergem para a necessidade de ter presente que os indivíduos são mobilizados material, financeira e moralmente a organizarem e darem significado a suas vidas mas ao mesmo tempo estes indivíduos estão mobilizados por vastos processos estruturais no tempo e que envolvem grupos sociais em grande escala (Godard, 1985). Nesta perspectiva a família passa a ser vista como um processo de articulação das trajetórias de vida de seus membros. Não como a soma das trajetórias individuais mas a partir da intersecção e interação entre as diferentes trajetórias de seus membros, como um processo que se constrói e reproduz no contexto de relações de classe e gênero.

Da articulação das trajetórias individuais se definem estágios de desenvolvimento da família e portanto, estruturas diferenciadas de família. Estruturas estas que parecem condicionar as “chances” individuais e assim influenciar na definição e redefinição das trajetórias dos membros da família no tempo. Um exemplo comum disto é a estreita e documentada relação entre pobreza e famílias com chefes mulheres, sem cônjuge, e com filhos menores (Barros e Fox, 1990). Também,

a discussão das relações entre recessão, família e pobreza tem reiterado o papel fundamental da estrutura e das diferentes etapas de ciclo vital familiar, na determinação dos níveis de participação dos membros da família na força de trabalho, na renda familiar, bem como na “susceptibilidade” das famílias à conjuntura econômica (Oliveira, 1989; Brandão e Gottschalk, 1990; Goldani, 1993).

Na perspectiva anterior é que entendemos que a família brasileira, como parte ativa dos processos de mudanças sofreu rápidas e profundas transformações em suas tradicionais atribuições e que os papéis de cada um de seus membros sofreram redefinições. Da mesma forma, os movimentos de reestruturação do mundo do trabalho e a diversificação interna que isto implica, sobretudo na introdução da automação e crescente participação da mulher, contribuem para a definição de novos estilos de vida e arranjos familiares. Neste sentido, as especulações sobre a crise da família resultariam, também, de uma certa indefinição atual de valores e práticas sociais no âmbito doméstico, fato que estaria contribuindo para um quadro confuso de mudanças e permanências de difícil interpretação. Parece haver um enfrentamento entre o “consumo” de aspectos inovadores a nível das relações individuais, e um padrão “ideal” de relações intra-familiares, que permanece orientando os membros da família (Dauster, 1985; Almeida, 1987).

As tendências demográficas são ilustrativas dos desafios que as famílias enfrentam para atender seus dependentes. Por um lado, o alargamento da vida vai alterando as estruturas familiares e o processo de envelhecimento e, por outro, os indivíduos encontram-se com uma estrutura social cada vez

um lado, o alargamento da vida vai alterando as estruturas familiares e o processo de envelhecimento e, por outro, os indivíduos encontram-se com uma estrutura social cada vez mais complexa condicionando suas decisões nas trajetórias de vida. As gerações de meia idade cada vez mais se enfrentam com a simultaneidade de demandas e obrigações para com os pais e/ou parentes idosos e para com seus filhos. Estas transformações são particularmente dramáticas para as mulheres, tradicionalmente responsáveis pelo cuidado dos dependentes na família suas trajetórias de vida passam por alterações das mais profundas.

Há desigualdades na estrutura e organização das trajetórias de vida familiar das mulheres por cor. Resultados recentes mostram que as mulheres negras esperariam viver hoje mais da metade de suas vidas adultas na condição de não casadas ou sem companheiro (56%), comparando-se às pardas (48%) e às brancas (42%). Isto aparece como determinante para o fato de encontrarmos mais mulheres negras que são chefes de famílias do que pardas e brancas. Entre os elementos explicativos para estes diferenciais, destacam-se os 8 anos a mais de expectativa de vida das mulheres brancas, bem como os padrões diferenciados de nupcialidade por raça. Isto revela as diferentes estratégias de comportamento das mulheres ante uma estrutura de oportunidades desigual, onde a discriminação racial aparece como elemento fundamental. (Goldani, 1990).

A despeito da predominância da trajetória familiar esperada, que mostra crescentes proporções de mulheres brasileiras alcançando os 50 anos casadas e com filhos, cabe destacar

que este comportamento está longe de ser universal. Cresceu a proporção de mulheres que superpõe papéis nas esferas do privado e do público. Ao mesmo tempo, e como resultado da diversificação de papéis na vida da mulher, observa-se mudanças na sequência e nas durações dos eventos ao longo das trajetórias familiares. Mesmo dentro do casamento há alterações na ordem dos eventos e/ou adiamento dos mesmos. Por exemplo, a sequência de casamento e filhos modificou-se e uma maior proporção de mulheres apresentam concepções pré-matrimoniais, ao mesmo tempo que há uma tendência de adiamento da união e primeiro filho através do tempo. As implicações destas mudanças para outras dimensões da vida das mulheres passa pela redefinição de prioridades e de relações ao interior da família o que por sua vez acaba por redefinir o próprio caráter da estrutura familiar.

Ou seja, mesmo que no Brasil predomine um modelo hegemônico de relações de autoridade e hierarquia na família, (Sarti, 1989), do homem sobre a mulher, dos pais para os filhos e dos mais velhos sobre os mais novos, não há como negar as profundas transformações nestas relações. As decisões resultam, cada vez mais, de uma negociação na qual todos os membros da família acabam participando e influenciando para a construção de modelos alternativos de relações. Há um processo de barganha entre homens e mulheres, marido e mulher, pais e filhos que estariam gerando novas dinâmicas e arranjos familiares. As formas como isto ocorre e o poder relativo dos membros na família variam por sexo, por gerações e de acordo às etapas do ciclo vital familiar bem como são diferenciadas por grupos e contextos sociais.

Portanto, no futuro, mesmo que a família aumente o tempo do suporte que oferece a seus membros, isto não ocorreria sob o tradicional conceito de dependência. A contínua dependência da mulher com relação ao marido, dos filhos com os pais e vice-versa não se daria nos mesmos termos, posto que hoje mulheres e filhos jovens estão no mercado de trabalho e desafiam os esquemas de hierarquia e responsabilidades no interior do núcleo doméstico. Isto não significa que a família deixaria seu papel de “refúgio” ou de último recurso ao qual seus membros recorreriam. A experiência do recente ciclo recessivo mostrou o potencial que as famílias brasileiras continuam representando neste sentido.

Concluindo, as indicações são de que não haveria desagregação, nem tão pouco substituição da família por outras instituições. Haveria, isto sim, mudanças no sentido de um modelo mais informal ou mais democrático de relações nas famílias, onde a interdependência das trajetórias individuais substitui o conceito de dependência e os arranjos domésticos familiares brasileiros tomam novas formas, tamanhos e significados.

TABELA I

Brasil 1970/89: Crescimento (%) das unidades domésticas ou domicílios particulares segundo o tipo de arranjo interno, família e “não-família”

Tipo. de unidades domésticas	Distribuição				Crescimento médio anual		Contribuição para o crescimento total do	
	1970	1980	1981	1989	1970{80	1981{89	1970{80	1981{89
I. Famílias	94.2	93.5	93.8	92.6	4.34	3.84	91.9	89.1
I.1. casal com filhos	67.8	65.0	65.0	61.0	3.85	3.03	60.4	48.7
I.2. casal sem filhos	12.5	12.9	12.0	12.5	4.91	4.82	14.2	14.3
I.3. mãe ou pai c/filhos	10.8	12.3	13.5	15.2	6.79	6.67	16.6	22.2
I.4. outras	3.1	3.3	3.3	3.4	2.71	4.78	5.0	3.9
II. Não famílias	5.8	6.5	6.2	7.4	5.69	7.11	8.1	10.9
II.1. pessoas sozinhas	5.0	5.8	5.6	6.8	6.76	7.53	7.8	10.5
II.2. grupo de 2 ou + pessoas s/ parentesco	0.8	0.7	0.6	0.5	2.71	2.94	0.5	0.4
TOTAL	100.0	100.0	100.0	100.0	4.45	4.05	100.0	100.0
Nº de domicílios Particulares	18.480	26.700	27.689	36.655	8.220	8.966		
N o de pessoas nos dom. particulares (*)	89.900	117.900	119.183	143.218	28.000	24.035		

Fonte: Censos Demográficos 1970 e 1980 e PNAD 1981 e 1989.

(1) Os dados do período 1981/89 não incluem a população da área rural da região norte.

(2) Na classificação dos domicílios não se inclui agregados, pensionistas, empregados e seus parentes.

(3) As famílias residem ou não com parentes, aliás em 1989 tão só 11,8% total das famílias residiam com parentes.

(\*) Valores absolutos em milhares.

**TABELA II**  
 Brasil 1981/89: Distribuição das famílias segundo o tipo, ciclo vital, tamanho, rendimento e pessoas trabalhando

Unid. domésticas tipos famílias	Tipo de Família (%)		Distribuição das famílias									
			Tamanho Médio (1)		Nº médio filhos (2)		Rendimento médio (3)		Proporção de pessoas		% média da renda que depende o chefe	
TOTAL (*)	125.970	33.957	4.5	4.1	2.5	2.1	1.3	1.7	37.8	41.5	73.0	71.6
I. Conjugal (4)	82.1	79.4										
I.1. Casal s/ filhos	12.8	13.6	2.2	2.2	-	-	2.1	2.9	50.0	50.0	81.4	81.1
I.2. Casal c/ filhos	69.3	65.8	5.2	4.8	3.1	2.7	1.2	1.6	34.6	39.6	75.0	72.8
- filhos -14 anos	37.7	36.3	4.5	4.3	2.4	2.2	1.1	1.5	28.9	32.6	86.4	82.1
- filhos +14 anos	12.2	12.8	4.3	4.2	2.1	2.0	1.9	2.4	51.2	54.8	62.0	69.0
- filhos de ambas idades	19.4	16.7	7.1	6.3	5.0	4.2	0.8	1.2	38.0	42.8	67.4	69.0
II. Monoparental	12.4	14.8										
II.1. Mães sem cônjuges c/ filhos	112.4	14.8	3.6	3.4	2.3	2.1	0.9	1.1	38.9	41.2	48.8	52.9
- filhos -14 anos	4.1	5.7	3.0	2.8	1.8	1.7	0.5	0.7	23.3	28.6	90.3	93.9
- filhos +14 anos	5.7	6.4	3.2	3.1	1.8	1.7	1.3	1.6	46.9	51.6	38.0	36.0
- filhos de ambas idades	2.6	2.7	5.4	5.0	4.2	3.9	0.6	0.7	38.9	67.7	47.9	52.1
III. Outras famílias	5.5	5.8	3.1	2.9	0.8	0.7	1.6	2.0	45.2	48.3	60.5	60.4

Fonte: Perfil estatístico de crianças e mães no Brasil, IBGE, 1991.

(1) Não inclui as pessoas cuja condição na família era pensionista, agregado, empregado doméstico e parente destes.

(2) Filhos restantes no domicílio.

(3) Rendimento médio familiar per capita (em salários mínimos de 1981).

(4) Inclui famílias com ou sem outros parentes.

(\*) Valores absolutos em milhares.

**TABELA III**  
 Brasil 1981/89: Características das unidades domésticas ou unipessoais (pessoas de 15 anos e +, residindo sozinhas).

Características das pessoas morando só	Total		Pessoas com mais de 60 e +	
	1981	1989	1981	1989
SEXO	100,0	100,0	100,0	100,0
Homens	49,0	47,8	32,7	32,8
Mulheres	51,0	52,2	67,3	67,2
SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	100,0	99,0	100,0	100,0
Urbana	76,2	78,8	72,4	75,8
Rural	23,8	20,2	27,6	24,2
CONDIÇÃO DE ATIVIDADES	100,0	100,0	100,0	100,0
- Ativos	55,5	58,2	21,1	22,2
empregadores	2,0	2,6	1,1	1,2
trab, não manuais	11,5	14,8	2,1	2,4
trab, manuais urbanos	24,7	26,3	8,2	9,2
empregados domésticos	2,8	3,5	1,5	1,0
trabalhadores rurais	13,1	10,0	8,0	8,3
não remunerados	0,1	0,1	0,1	0,10
procurando trabalho	1,3	0,9	0,1	0,1
sem declaração	-	-	-	-
- Inativos	44,5	41,8	78,9	77,8
RENDIMENTO MÉDIO MENSAL	100,0	100,0	100,0	100,0
Até 1 SM	46,7	41,3	65,2	59,5
Mais de 1 a 2 SM	21,1	19,8	15,6	16,4
Mais de 2 a 3 SM	10,1	10,8	6,3	7,3
Mais de 3 SM	19,3	25,3	10,8	14,4
Sem rendimento	2,2	2,0	1,4	1,4
Sem declaração	0,6	0,8	0,7	1,0
IDADE	100,0	100,0	100,0	100,0
	Homens		Mulheres	
15-29	20,5	21,4	7,2	8,6
30-39	17,5	19,2	8,9	10,8
40-59	33,0	30,8	26,7	26,8
60 e +	29,0	28,6	57,2	53,8

Fonte: PNAD 1981 e 1989.

**TABELA IV**  
Brasil e Regiões 1978/89: Proporção de família com chefes mulheres

REGIOES	% Câmbio					
Metropolitanas	1978	1981	1983	1985	1987	1978/87
<b>NORDESTE</b>						
- Fortaleza	18.8	21.0	22.2	23.8	24.6	30.8
- Recife	22.7	24.3	23.6	25.6	27.2	19.8
- Salvador	20.8	21.7	22.5	25.3	26.2	26.0
<b>SUDESTE</b>						
- Belo Horizonte	20.3	20.0	21.7	23.3	23.9	17.7
- Rio de Janeiro	18.3	21.2	21.7	23.0	24.3	32.8
- São Paulo	15.3	16.4	17.2	18.8	19.1	24.8
<b>SUL</b>						
- Curitiba	14.5	17.3	15.5	18.4	18.1	24.8
- Porto Alegre	16.9	19.1	19.4	20.5	21.2	25.4
<b>CENTRO OESTE</b>						
- Belém	23.5	24.7	25.7	25.6	27.1	15.3
<b>BRASIL</b>	1950	1960	1970	1980	1986	1989
TOTAL	12.1	10.7	13.0	15.6	18.4	20.2
URBANO	-	14.0	15.7	18.0	20.6	22.4

Fontes: Merrick e Schinik, 1983; Goldani, 1989; Barros e Fox 1990.

**TABELA V**  
Brasil 1960-84: Distribuição das mulheres chefes de família de 15-54 anos segundo a cor e o estado civil

SITUAÇÃO	1960	1960	1960	1960	1984	1984	1984	1984
MARITAL	Brasil (a)	Branca	Parda	Preta	Brasil (a)	Branca	Parda	Preta
Chefe de família	5.1	4.2	6.0	8.5	9.8	8.7	10.7	15.2
Solteira	23.2	20.8	23.4	31.1	45.4	40.5	48.1	53.7
Casada (b)	1.6	1.9	1.3	1.0	2.9	2.8	3.3	2.5
Viúva	49.1	53.3	45.6	42.7	20.7	22.4	19.4	19.0
Divorciada/ Separada	26.1	24.0	29.7	25.2	31.0	34.3	29.2	25.0
TOTAL	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
N(C)	908	457	311	137	1.350	677	519	131

Fonte: Goldani, 1991.

(a) Brasil inclui uma pequena proporção de asiática e outros grupos étnicos.

(b) Inclui uniões consensuais, só civil, civil e religioso, só religioso.

(c) Em milhares.

**TABELA VI**  
Brasil 1984: Características da. nupcialidade feminina pela cor

	TOTAL	Branças	Pardas	Pretas
<b>A) PADRÃO DE PRIMEIROS CASAMENTOS</b>				
- Proporção alguma vez casadas	0.902	0.911	0.898	0.846
- Idade mediana ao casar	20.1	20.3	19.7	20.3
- Proporção Eo na condição de solteira	0.388	0.355	0.400	0.432
- Proporção da vida adulta na condição de solteira	0.202	0.177	0.200	0.240
<b>B) ESTADO DE CASADA</b>				
- Duração esperada do casamento	28.6	32.9	25.4	21.5
- N° de casamentos por pessoa que se casa	1.080	1.070	1.120	1.140
- Proporção da Eo na condição casada	0.657	0.468	0.411	0.348
- Proporção da vida. adulta na condição de casada	0.551	0.583	0.521	0.441
<b>C) PADRAO DE VIUVEZ</b>				
- Probabilidade que o casamento termine em viúvez	0.500	0.430	0.560	0.830
- Proporção Eo na condição viúva	0.178	0.096	0.098	0.104
- Proporção da vida. adulta na condição de viúva	0.117	0.120	0.125	0.132
<b>D) PADRAO DE DIVORCIO</b>				
- Probabilidade que o casamento termine em divórcio	0.186	0.15	0.224	0.307
- Taxa de divórcio aos 20-24 anos	0.260	0.210	0.300	0.460
- Proporção Eo na condição divorciada	0.107	0.096	0.121	0.147
- Proporção da vida adulta na condição de divorciada	0.130	0.120	0.154	0.187
<b>E) PADRAO DE RECASAMENTOS</b>				
- Taxas de recasamentos após divórcio	0.621	0.600	0.640	0.620
- Taxas de recasamentos após viúvez	0.567	0.641	0.540	0.470

Fonte: Goldani, 1989.

Casamento aqui é definido como união legal e consensual.

Divórcio inclui separações e desquites aqui neste caso.

## Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Maria Izabel Mendes. “A Nova Maternidade”: uma ilustração das ambiguidades do processo de modernização da família”. In Figueira, Sérvulo; Org. *Uma nova família? o moderno e o arcaico na família de classe média brasileiro*. Jorge Zabar Editor. Rio de Janeiro; pp:55-68, 1987.
- ALVIM, M.R.B. “Notas sobre a família num grupo de operários têxteis”. In: J.S.L. Lopes e outros, *Mudança social no Nordeste: A reprodução da subordinação*, Rio de Janeiro, paz e Terra, 1979.
- BARROS, Ricardo Pais e Louise Fox. “Female Headed Households, Poverty and the Welfare of Children in Urban Brazil”. IPEA, RJ. (mimeo), 1900.
- BERQUÓ, Elza. “A família revisitada do ponto de vista demográfico”. In *Revista Brasileiro de População*, ABEP: v. 6(2):1-16, São Paulo, 1989.
- BILAC, Elisa. beth D. *Famílias de trabalhadores: estratégias de sobrevivência*. Coleção Ensaio e Memória 9, Sao Paulo: Símbolo, 1978.
- BILAC, Elizabeth. *Convergências e divergências nas estruturas familiares no Brasil*. GT Fa.nu.lia e Sociedade, ANPOCS, XIV da ANPOCS, Caxambu, MG, 1990.
- BRANDÃO LOPES, Juarez Rubens. “Um Estudo sócio-econômico da indigência e da pobreza urbana”, (mimeo), 1992.
- CASTRO, Mary Garcia. “Alquimia de categorias sociais na produção dos sujeitos políticos”. In: *Estudos Femininos*, CIEC /ECO /UFRJ, 1992.

- CORRÊA, Mariza. “Mulher e família. (Anotações para definir um objeto de pesquisa)”. ANPOCS, *BIB*, v. 18, 1984.
- CORRÊA, Mariza. “Repensando a família patriarcal brasileira: notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil”. In Almeida et al, *Colcha de retalhos*, Editora. Brasiliense, 1982.
- DA MATTA, Roberto. “A família como valor: considerações não-famíliares sobre a família brasileira. In Almeida et al. *Pensando a família no Brasil: da Colônia à Modernidade*. Co-edição Espaço e Tempo. Editora da UFRJ, Rio de Janeiro, 1987.
- DAUSTER, Tania. “A invenção do amor: amor, sexo e família em camadas médias urbanas”. In Figueira, Sérvulo; Org. *Uma nova família? O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira*. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro; pp: 99-111, 1987.
- DURHAN, Eunice. “Família operária - consciência e ideologia”. *Dados - Revista de ciências sociais*, 23(2), pp. 201-213, 1980.
- DURHAN, Eunice. & CARDOSO, R. “Elaboração cultural e participação social nas populações de baixa renda”. In: *Ciência e Cultura*, São Paulo, 29(2), Fev., pp.171-177, 1979.
- DURHAN, Eunice Ribeiro. “Família e Casamento”. In *Terceiro Encontro Nacional da ABEP*, São Paulo, 1982.
- Editora Fisco e Contribuinte. *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5/10/1988. São Paulo, 1988.

- FARIA, Wilmar. "Políticas de Governo e regulação da fecundidade: consequências não antecipadas e efeitos perversos. In *Ciências Sociais Hoje*, São Paulo. Edições Vértice, 1989.
- FAUSTO, Neto, A.Q. *Família operária e reprodução da força de trabalho*, Petrópolis, Vozes, 1982.
- FIGUEIRA, Sérvulo. "O 'moderno' e o 'arcaico' na nova família brasileira: notas sobre a dimensão invisível da mudança social" . In *Uma nova família? O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira*. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro.
- FIGUEIRA, Sérvulo. 1985. "O Papel da Psicanálise no Entendimento da construção da subjetividade. In: Pensando a Família no Brasil: da Colônia à Modernidade. Co-edição Espaço e Tempo / Editora da UFRJ, Rio de Janeiro, 1987.
- FUKUI, Lia. "Estudos e pesquisas sobre família no Brasil". In *Resenha Bibliográfica, BIB*, Rio de Janeiro, ng 10:13-23, 1980.
- GODARD, Francis. "How do ways of life change?" In: *Beyond employment: Household, Gender and Subsistence..* Ed. Nanneke Redclift and Enzo Mingione, 1985.
- GOLDANI, Ana Maria. "A família brasileira em transição". In *Família, Desarrollo y Dinamica de Población en America Latina*. Comisión Económica para América Latina y del Caribe (CEPAL) e Centro Latinoamericano de Demografía (CELADE), 1993.
- GOLDANI, Ana Maria. "Changing brazilian families and the consequent need for public policy". In *International Social Science. Journal*, 126:523-538; November, Basil Blackwell/UNESCO, 1990.

- GOLDANI, Ana Maria. “Diferenças raciais no processo de formação da família no Brasil”. In *Cadernos Cândido Mendes, Estudos Afro-Asiáticos*, 19; Rio de Janeiro, 1990.
- GOLDANI, Ana Maria. “Trajetórias de vida familiar das mulheres brasileiras: variações por Coorte no século XX”. In *História e População: Estudos sobre a América Latina*. N adalin, S.O.; M.L., Marçílio & A.P., Balhana (Orgs.), (pp:142-153). ABEP/IUSSP/CELADE. São Paulo, 1990.
- GOLDANI, Ana Maria, *Women's transitions: The intersection of female life course, family and demogmpmic transition in twentieth century brazil*. Unpublished Ph.D. dissertation, University of Texas at Austin, 1989.
- GOLDANI, Ana Maria. “Desigualdade racial nas trajetórias de vida familiar das mulheres brasileiras”. In *Desigualdade racial no Brasil Contemporâneo*, Fundação FORD e Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR) da Universidade Federal de Minas Gerais, 1990.
- GOMES, Jerusa Vieira. “Família popular: mito ou estigma”. In *Travessia, Revista do Migrante*, Ano IV, no. 9. Janeiro-abril, São Paulo, 1991.
- HAKKERT, Ralph. “A queda de fecundidade e o novo padrão da estrutura etária brasileira”. ANAIS, do V Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, v. 1:257-270.
- MACEDO, C.C. *A reprodução da desigualdade*, São Paulo, Humacitec, 1979.
- OLIVEIRA, Cavalcanti L. Zuleica “Família e trabalho: arranjos em tempo de crise.” IBGE, Rio de Janeiro (mimeo), 1989.

- RIBEIRO, Ivete & RIBEIRO, Ana Clara Torres. "La família en el Brasil: Desafios de una Modernidad Incompleta". In: *América Latina y la doctrina social de la Iglesia*. Tomo 11: Identidad cultural y modernización. Ediciones Paulinas, 1991.
- ROMANELLI, G. *Famílias de camadas médias: a trajetória da modernidade*. Tese de Doutorado, Departamento de Ciências Sociais, FFLCH/USP, São Paulo, (mimeo), 1986.
- SALÉM, Tania. *Família em camadas médias: uma revisão da literatura recente*. Boletim do Museu Nacional (54), Nova Série-Antropologia. Rio de Janeiro, 1985.
- SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família: São Paulo, século XIX*. Editora Marco Zero e Secretaria de Estado e Cultura de São Paulo, 1989.
- SARTI, Cyntia. "Família patriarcal entre os pobres urbanos?" In *GT Família e Sociedade, XIII Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS)*, Caxambu, Minas Gerais.
- WOORTMANN, K. *A família das mulheres*. Tempo Brasileiro, CNPQ - Rio de Janeiro, Brasília, 1987.